

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA À 2.ª EDIÇÃO	5
NOTA PRÉVIA	7

PARTE I – DIREITO DO TURISMO

1. Conceito de direito	11
2. O Direito do Turismo	14
2.1. Conceito de Direito do Turismo	16
2.2. Conteúdo do Direito do Turismo	17
2.2.1. Componente subjetiva	17
A – Sujeitos públicos	17
B – Sujeitos privados	20
B1 – Os operadores turísticos	20
B2 – Os utilizadores turísticos	22
2.2.2. Componente objetiva	23
2.3. Características do Direito do Turismo	24
2.3.1. Qualidade	25
2.3.2. Fuga para o Direito Privado/publicização do Direito Privado	26
2.3.3. A garantia ou proteção	27
2.4. Natureza jurídica do Direito do Turismo	28
2.5. Direito do Turismo como setor emergente do ordenamento jurídico	29
2.6. O Direito do Turismo e outras disciplinas jurídicas afins	30

2.6.1. O direito do turismo e o direito do ordenamento do território	30
2.6.2. O Direito do Turismo e o Direito do Urbanismo	32
2.6.3. O Direito do Turismo e o direito do ambiente	34
2.7. A contratação turística	35
2.7.1. O contrato	35
2.7.2. Os contratos turísticos	36
3. A política pública do Turismo	36
3.1. A lei	37
3.2. As bases da política pública do turismo	40
3.3. A política pública do Turismo e o Turismo Social	44
3.3.1. Conceito de Turismo Social	44
3.3.2. Algumas notas do Turismo Social em Portugal	48

PARTE II – REGIME JURÍDICO DO ALOJAMENTO TURÍSTICO

1. Regime jurídico dos empreendimentos turísticos	53
1.1. A ordenação jurídica dos empreendimentos turísticos	53
1.2. Conceito de empreendimentos turístico	60
1.3. Tipologia de empreendimentos turísticos	61
A) Estabelecimentos hoteleiros	62
B) Aldeamentos turísticos	64
C) Apartamentos turísticos	65
D) Conjuntos turísticos (<i>resorts</i>)	65
E) Empreendimentos de turismo de habitação	66
F) Empreendimentos de turismo no espaço rural	66
G) Parques de campismo e de caravanismo	67
1.4. Requisitos de instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos derivados da natureza turística da atividade desenvolvida	68
1.4.1. Requisitos de instalação e funcionamento comuns a todos os empreendimentos turísticos	69
1.4.2. Requisitos de instalação, classificação e funcionamento específicos de cada um dos empreendimentos turísticos	71
A) Portaria n.º 327/2008, de 28 de abril com a redação operada pela Portaria n.º 309/2015, de 25 de setembro	73
B) Portaria n.º 937/2008, de 20 de agosto	74
B.1) Considerações gerais	74

B.2)	Requisitos comuns de instalação	77
B.3)	Requisitos comuns de funcionamento	80
B.4)	Requisitos específicos dos empreendimentos de turismo de habitação	81
B.5)	Requisitos específicos dos empreendimentos de turismo no espaço rural	82
C)	Portaria n.º 1320/2008, de 17 de novembro	83
C.1)	Aspetos gerais	83
C.2)	Requisitos das instalações	84
C.3)	Requisitos de funcionamento	90
C.4)	Aspetos específicos dos parques de caravanismo ou de campismo/caravanismo	93
C.5)	Instrumentos de gestão territorial	94
C.6)	Parques de campismo e de caravanismo rurais	94
1.5.	Procedimento de instalação dos empreendimentos turísticos	95
1.5.1.	Considerações gerais	95
1.5.2.	Regras de procedimentos resultantes do RJET	102
1.5.3.	Portaria n.º 518/2008, de 25 de junho	105
1.5.4.	O procedimento de licenciamento e de comunicação prévia	107
1.5.6.	Autorização de utilização para fins turísticos	115
1.6.	Procedimento de classificação	119
1.7.	O Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos	122
1.8.	Exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos	123
1.9.	Os Empreendimentos turísticos em propriedade plural	129
1.10.	A atividade fiscalizadora e sancionatória	145
1.11.	O regime jurídico dos empreendimentos turísticos nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira	153
1.11.1.	Região Autónoma dos Açores	153
1.11.2.	Região Autónoma da Madeira	160
2.	O regime jurídico dos estabelecimentos de alojamento local	162
2.1.	Objeto	164
2.2.	Noção de estabelecimento de alojamento local	165
2.2.1.	Prestação de serviço de alojamento	165
2.2.2.	Prestação de serviço de alojamento temporário, nomeadamente a turistas	172
2.2.3.	Mediante remuneração e que reúnam os requisitos previstos no RJAL	173
2.3.	Modalidades de estabelecimentos de alojamento local	174
2.4.	Instalação	175

2.4.1. A comunicação prévia com prazo	176
2.4.2. Requisitos de instalação	187
2.5. Exploração e funcionamento	192
2.6. Fiscalização e sanções	194
BIBLIOGRAFIA	199
ANEXO I – DECRETO-LEI N.º 191/2009, DE 17 DE AGOSTO	203
ANEXO II – DECRETO-LEI N.º 39/2008, DE 07 DE MARÇO	215
ANEXO III – DECRETO-LEI N.º 128/2014, DE 29 DE AGOSTO	265